



## Registros da dimensão simbólica e patrimonial na área central de Juazeiro do Norte/CE

Kainara Lira dos Anjos<sup>1</sup>, Maria Luisa Nicácio Lima<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Curso Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Campina Grande (UCFG)  
Rua Otilia Donato, 100, apt. 701, 58.428-778 – Campina Grande – Paraíba – PB –  
Brasil

<sup>2</sup>Grupo de Pesquisa Produção da Habitação e da Cidade (GPHEC) – Curso Arquitetura  
e Urbanismo – Universidade Federal de Campina Grande (UCFG)  
Rua Emídio de Lira, 40, 63013-090 – Juazeiro do Norte – Ceará – CE – Brasil

kainaraanjos@gmail.com, marialuisanicacio@hotmail.com

**Abstract.** *This article analyzes the built heritage of the central area of Juazeiro do Norte/CE. For this, a study area called the Symbolic Nucleus (NS) was defined. This area comprises the urban fraction in which the process of occupation of the municipality began, and has a small, but significant, collection strongly related to the symbolic, mystical and religious dimensions that mark its cultural identity. Its built heritage is in different states of valuation and conservation, while government actions continue to prioritize predominantly tourist attractions. This makes even more relevant records and actions that aim to contribute to the recognition and conservation of its material heritage.*

**Resumo.** *Este artigo analisa o patrimônio edificado da área central de Juazeiro do Norte/CE. Para tal, foi definida uma área de estudo denominada como Núcleo Simbólico (NS). Essa área compreende a fração urbana na qual se iniciou o processo de ocupação do município, e apresenta um pequeno, mas significativo, acervo fortemente relacionado às dimensões simbólicas, místicas e religiosas que marcam sua identidade cultural. Seu patrimônio edificado encontra-se em estados distintos de valoração e conservação, enquanto as ações governamentais seguem priorizando os atrativos predominantemente turísticos. Isto torna ainda mais relevante registros e ações que visem contribuir para o reconhecimento e conservação do seu patrimônio material.*

### 1. Introdução

A prática turística da forma como a conhecemos, teve origem no século XIX durante a Revolução Industrial com a limitação da jornada de trabalho e o estabelecimento dos primeiros sistemas de descanso remunerado. A partir da segunda metade do século XX e mais notadamente no século XXI, o turismo passa a ser considerado como uma das principais atividades do modo de viver contemporâneo, associado ao fortalecimento da produção e consumo de bens e serviços, a partir da valorização da imagem da área visitada e da sua identidade cultural. A medida em que lhes são atribuídos significados e valores segundo a predileção individual ou coletiva, os espaços que compõem a ambiência local, preexistentes ou construídos para determinado fim, são por vezes ressignificados. “Seus



atributos espaciais e imateriais se convertem em elementos atrativos, o entorno imediato comumente torna-se atrativo, um produto da atividade turística” (LIMA, 2020, p. 65).

Capital cearense do turismo religioso conforme as disposições da lei estadual de nº 13.461/2004, o município de Juazeiro do Norte, localizado no interior do estado do Ceará, se destaca dentre as demais cidades brasileiras pela promoção cíclica e anual das romarias. Estas manifestações culturais movimentam a prática turística na cidade e conformam o que vem a ser chamado megaevento, um amplo repertório de casos-tipo composto pelas mesmas. Contribuições teóricas como as produzidas por Paiva (2017) e Lima (2020), referem-se à denominação de megaevento como eventualidades e acontecimentos que demandam um elevado nível de articulação entre os envolvidos nos processos de elaboração e execução dos mesmos. Temos como exemplos a Copa do Mundo de Futebol e o Carnaval Soteropolitano, um megaevento esportivo e outro de rua, nos quais sobressaem a atuação do setor público, privado e de alguns atores institucionais para sua execução.

Por definição, no caso de Juazeiro do Norte, o megaevento altera significativamente e de modo efêmero a dinâmica espacial de alguns espaços urbanos da cidade, de modo especial os que se inserem na área central, mediante a apropriação dos mesmos pelos cidadãos e pela população flutuante, à medida que se contrapõe à realidade cotidiana. A nova dinâmica efêmera, “[...] altera significativamente a configuração do espaço, afeta os setores do desenvolvimento urbano – uso e ocupação do solo, saneamento, transporte e habitação, intensificando problemáticas urbanas preexistentes [...]” (LIMA, 2020, p. 125). Estas questões devem ser consideradas nas pautas de planejamento urbano e na gestão urbana da localidade que apoia a realização deste megaevento que gera impactos diretos e indiretos “[...] que excedem, extrapolam e suplantam barreiras espaciais e temporais” (PAIVA, 2017, p. 27), principalmente sobre a cidade que o apoia e para com a imagem da mesma.

Ademais, as manifestações que ocorrem em Juazeiro do Norte e constituem o megaevento são motivadas primordialmente pela devoção ao Padre Cícero, originada após a ocorrência do suposto milagre da hóstia envolvendo a Beata Maria de Araújo em 1889. Denominadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como celebrações, embora não tenham sido reconhecidas até este momento como bem cultural imaterial nacional, elas revelam a base religiosa que fomentou a prática do turismo, e o caráter simbólico, místico e cultural atribuído pelos cidadãos, visitantes e peregrinos das demais localidades para com a cidade.

A devoção ao Padre Cícero que deu início aos deslocamentos voltados às peregrinações e romarias – expressões da cultura popular do município – pode ser compreendida a partir da conceituação de turismo cultural. De acordo com o Ministério do Turismo (Mtur) o “Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (Mtur, 2006, p. 10). Essa definição nos leva a reconhecer dentro deste contexto, a significância tanto das manifestações culturais (imateriais) que viabilizam o megaevento promovido em Juazeiro do Norte, quanto dos elementos de composição urbana (materiais) apropriados pelos cidadãos e visitantes, outrora consumidores dos seus atrativos, da infraestrutura urbana e da paisagem local.



Ademais, deve-se ter em mente que a modalidade do turismo cultural se articula a outras segmentações a exemplo do turismo religioso. Esse fato nos revela preliminarmente, aspectos fundamentais para o entendimento da área de estudo, concernentes a natureza tipológica dominante que propiciou a estruturação do núcleo de formação de Juazeiro do Norte, o desenvolvimento do antigo povoado e a notoriedade do mesmo, em virtude do fomento turístico. Essas relações podem ocorrer por intermédio das vivências sociais nos espaços livres e construídos na cidade, das expressões culturais e religiosas (intangíveis) promovidas, como neste caso, ou somente pela experiência cultural que a prática turística proporciona independente da segmentação.

Ainda sobre o caso de Juazeiro do Norte, embora reconheça-se sua relevância, ainda são escassos os registros e as produções editoriais acerca das dimensões simbólica e patrimonial do município, envolvendo as manifestações acima mencionadas e o patrimônio edificado. Neste sentido, pretende-se preencher essa lacuna por meio da leitura do espaço da área central do município, a partir da qual se originou a ocupação e formação urbana, e dos seus primeiros símbolos de identidade e memória. Para tal, foi definido como área de estudo o Núcleo Simbólico (NS), denominação criada para a presente análise.

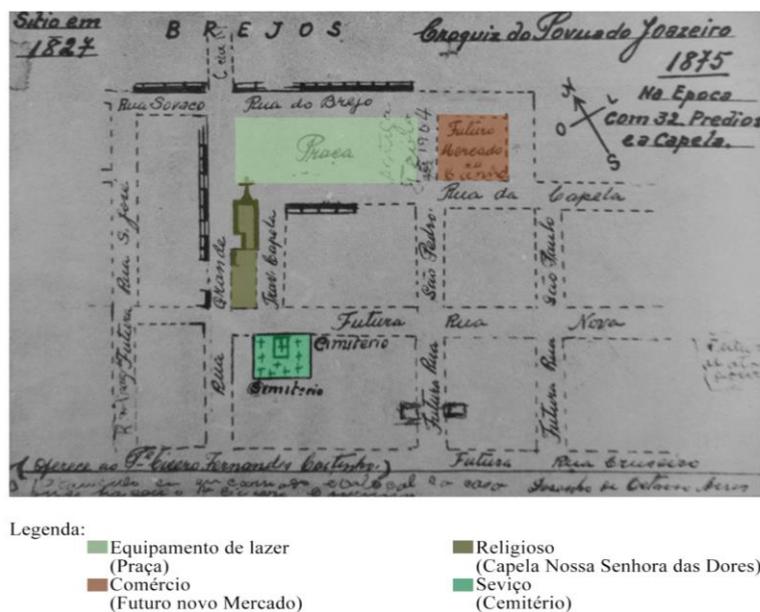
Fruto de inquietações, as reflexões desenvolvidas buscaram responder a seguinte questão: não seria pois o cenário urbano do núcleo juazeirense e os atrativos edificados que sustentam a prática da atividade turística, aspectos relevantes a serem considerados na temática cultural e na ampla abordagem do escopo patrimonial no que se refere aos bens do município? Portanto, tem-se por objetivo analisar as relações existentes entre os espaços urbanos e as construções inseridas no Núcleo Simbólico (NS) de Juazeiro do Norte que sustentam a identidade físico-espacial da área central do município, articulando-se a discussão acerca da identificação dos bens patrimoniais culturais a serem considerados e valorados em normativas municipais. Vale salientar que as reflexões e análises aqui produzidas, apoiaram-se em parte, nos resultados obtidos por pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Arquitetura e Urbanismo, elaborado por Lima (2020).

## **2. Contexto histórico de Juazeiro do Norte e a formação urbana do seu Núcleo Simbólico (NS)**

O primeiro cenário físico da urbe caracterizava-se por uma grande planície arborizada predominantemente pela espécie *Ziziphus joazeiro*, conhecida popularmente por juazeiro, a qual deu nome ao município. A ocupação teve origem na Fazenda Taboleiro Grande do Brigadeiro Leandro Bezerra, constituída da casa da fazenda e de farinha, do engenho, das áreas de cultivo e pasto, além da senzala e da capela dedicada à Nossa Senhora das Dores – edificada em 1875 e concluída em 1884. A espécie arbórea supracitada, típica do semiárido brasileiro, propiciava o descanso dos “viajantes feiritas que, de Barbalha, Missão Velha e outras imediações, se dirigiam a Crato para vender os seus produtos e comprar mantimentos para a semana” (OLIVEIRA, 2001, p. 42), tornando-se mais tarde símbolo do município (Decreto nº468/2011).

O desenvolvimento do aglomerado urbano inicial, denominado primeiramente de Joazeiro, e que corresponde atualmente a sua área central, se deu por meio do traçado viário regular. Novos espaços (praça, cemitério, futuro mercado) foram criados visando atender as necessidades dos moradores locais, configurando o primeiro quadro urbano do

povoado, intitulado Quadro Grande (Figura 1). Nesse contexto, há que se pontuar de modo particular a relevância da primeira edificação religiosa, atualmente denominada Basílica Menor Santuário Diocesano de Nossa Senhora das Dores (construção iniciada em 1827 e finalizada em 1884), para instituição e predominância do catolicismo no povoado, – que se mantém até os dias atuais –, e para a expansão urbana e o crescimento demográfico.



**Figura 1. Quadro Grande do povoado de Juazeiro. Croqui que compõe o acervo da Fundação Memorial Padre Cícero (FMPC), cedido por Renato Casimiro e modificado por Lima (2020).**

A força do catolicismo e o processo de evangelização da população descritos acima, se mantiveram constantes nos primeiros anos do povoado mediante o trabalho dos sacerdotes que se instalavam na localidade. Dentre eles, destacou-se o Padre Cícero Romão Batista, natural do Crato – município do qual o povoado fazia parte –, passou a residir em Juazeiro em 1872, após ter sido convidado para celebrar sua primeira missa no natal do ano anterior (LOURENÇO FILHO, 2002).

O desenvolvimento socioeconômico, político, urbano e até mesmo cultural do povoado veio a ocorrer de forma mais intensa e vertiginosa após o popularmente conhecido milagre da hóstia. O fato que ocorreu no interior da capela (indicada na Figura 1) no dia 01 de Março de 1889, envolveu a Beata Maria de Araújo e o então capelão Padre Cícero, que prestava assistência social e religiosa à população, transformando-se em uma grande figura religiosa e política do cariri cearense. Neste dia, a hóstia consagrada no ritual da celebração religiosa teria se transformado em sangue na boca da Beata, o que veio a se repetir em outras ocasiões. Embora ainda não tenha sido comprovado pelo Vaticano, este acontecimento deu início às peregrinações e as romarias ao povoado, apoiadas inicialmente no culto aos panos ensanguentados, “[...] revelando desde o princípio o caráter simbólico e místico atribuído pelos cidadãos e visitantes de outras localidades a cidade romeira” (LIMA, 2020, p. 158).

Após este acontecimento, muitos romeiros que visitavam o povoado, passaram a permanecer, sob as bênçãos do “meu Padim Ciço” (como é popularmente chamado o Padre Cícero) e da Nossa Senhora das Dores, padroeira do até então povoado que



continuamente se transformava, ao passo em que expandia o núcleo de formação urbana. Delimitava-se as novas áreas para habitação, o primeiro espaço dedicado ao lazer e ao apoio as práticas comerciais, a praça da Liberdade (outrora Almirante Alexandrino e atualmente denominada praça Padre Cícero), a nova edificação religiosa sob o pátio destinado ao novo cemitério, construída em 1908 e denominada Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, dentre tantas outras transformações que se sucederam no decorrer do tempo até a contemporaneidade.

Ainda no que se refere aos espaços relevantes do antigo povoado, deve-se fazer menção a Serra do Catolé, intitulada pelo Padre Cícero de serra do Horto, fazendo referência ao bíblico Horto das Oliveiras (LIRA NETO, 2009), o que nos revela uma tendência a atribuições simbólicas desde sua origem. Embora não esteja incluída na parcela urbana da área central a colina que compreende as rochas mais antigas da região do Cariri cearense, atualmente denominada geossítio Colina do Horto, era ponto de refúgio do patriarca que se dirigia para lá em seus momentos de retiro espiritual.

“A serra do Catolé foi rebatizada como serra do Horto e era identificada como Jardim das Oliveiras onde Cícero, assim como tinha sido com Cristo, suportava o seu martírio. Paralelamente o caminho íngreme trilhado de pedra, ligando a aldeia ao Horto, tornou-se conhecido como caminho do calvário [...]” (DELLA CAVA, 1985, p. 138).

O cenário urbano do Horto que também foi palco da sedição de Juazeiro, um confronto político realizado em 1914, compreendia um casarão que abrigava o patriarca, uma igreja em construção conforme as instruções do Padre Cícero com a ajuda dos fiéis, dedicada ao Sagrado Coração de Jesus – como forma de retribuir a promessa feita durante a seca de 1877 que assolava o sertão nordestino –, e que foi interrompida e posteriormente demolida (LIRA NETO, 2009), e uma extensa área ambiental que integra na atualidade o Geopark Araripe.

Apesar de não ser o foco da temática, quando recordamos brevemente a respeito da história e do desenvolvimento do município e dos lugares sagrados que o compõe, não podemos dissociá-la da relevância do Padre Cícero e de dois marcos históricos que contribuíram para a evolução demográfica, urbana e econômica do mesmo. O primeiro deles foi o ingresso do patriarca no meio político, viabilizando em 22 de julho de 1911 a emancipação do povoado da cidade do Crato. O segundo corresponde ao falecimento do Padre Cícero no dia 20 de julho de 1934, data que se tornou significativa para os devotos que anualmente se dirigem a Juazeiro, consolidando um caso-tipo do amplo ciclo de manifestações culturais promovidas, de caráter predominantemente religioso.

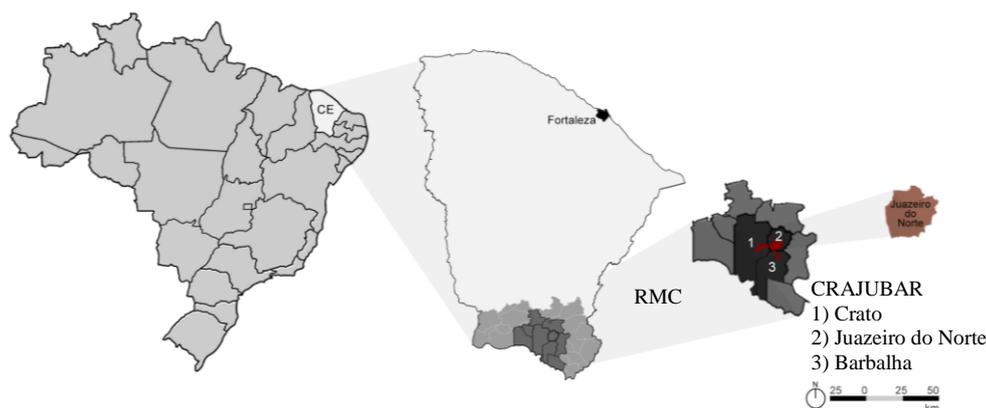
A manutenção e a intensificação dos deslocamentos que chegam a reunir anualmente cerca de 2,5 milhões de visitantes, conforme matérias divulgadas nos meios de comunicação, tem por motivação além da devoção ao Padre Cícero, ícone religioso reconhecido pelos devotos como Santo, a participação nas romarias, manifestações que configuram o megaevento promovido periodicamente pelas instituições religiosas com o apoio da esfera municipal – Secretaria de Turismo e Romaria (SETUR), Secretaria de Cultura (SECULT). Destacam-se também a visitação aos atrativos turísticos predominantemente de caráter religioso e aos relacionados às demais segmentações turísticas. Nesse sentido vale ressaltar o lançamento de uma nova rota turística em Novembro de 2020, ampliando a prática da atividade na região, artifício este que objetiva

o prolongamento do período de estadia dos romeiros, peregrinos e turistas as localidades do cariri cearense.

Embora as questões até então elucidadas, estejam fortemente relacionadas ao patrimônio imaterial juazeirense, é importante destacar que as mesmas estão articuladas a identidade físico-espacial da área urbana central, apropriada no decorrer das romarias e que resguarda um reduzido, mas significativo, acervo arquitetônico, em meio às transformações para o atendimento às necessidades mercadológicas e turísticas. Seja pela história da tipologia da edificação, pelo modo de apropriação do espaço livre ou construído, ou pelas singularidades construtivas, arquitetônicas e estéticas de épocas precedentes que resistem às adequações na contemporaneidade, esses símbolos de memória constituem o principal objeto desta produção, como forma de documentação e valorização do patrimônio histórico, artístico e cultural do município.

### 3. Inserção geográfica do município e de seu Núcleo Simbólico (NS)

Localizado na região Nordeste do Brasil, Juazeiro do Norte constitui o terceiro município mais populoso do estado do Ceará, com uma população estimada em 249.939 pessoas (IBGE, 2010). O município integra a Região Metropolitana do Cariri (RMC), ao Sul do estado, distando aproximadamente 493,3 km da capital, Fortaleza (Figura 2).



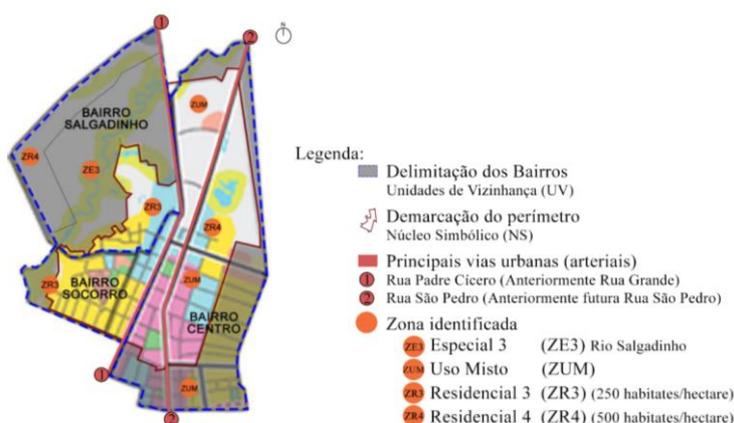
**Figura 2. Localização do município de Juazeiro do Norte, segundo escalas de aproximação: divisão político-administrativa do Brasil, estado do Ceará, RMC e CRAJUBAR. Fonte: Produzido por Lima (2020) com base nos dados do IPECE (2018, 2019).**

Ademais, a cidade romeira conforma um “minissistema urbano em escala local” (SOUZA, 2010, p. 32) composto por dois municípios adjacentes, Crato e Barbalha, configurando a conurbação e aglomeração urbana intitulada CRAJUBAR (Figura 2). Está inserido no quadro das regiões de influência no âmbito regional da rede urbana brasileira, ao estruturar o território e satisfazer as necessidades da população imediata, no que diz respeito ao consumo de bens e prestação de serviços (IBGE, 2017). Este fato indica preliminarmente a sucessão de possíveis alterações e reestruturações na configuração espacial da área central de Juazeiro, de modo a adequar-se aos usos prevalentes.

De modo geral, as centralidades históricas confundem-se com as urbanas, ofertando uma grande diversificação de atividades comerciais e de serviços, condição diretamente relacionada com a vantagem locacional que essa área proporciona. Este fato não difere do caso de Juazeiro do Norte, onde o centro situa-se próximo das principais

vias arteriais da malha urbana que integram e viabilizam o fácil acesso aos demais bairros da cidade, as áreas opostas do município e simultaneamente as demais localidades adjacentes.

De acordo com as disposições do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU, 2000) em vigor, o recorte espacial que compreende a área central, o qual denominamos aqui por Núcleo Simbólico (NS), inclui três bairros com distintas particularidades históricas e morfológicas. Integra, ademais, quatro zonas de uso e ocupação do solo (Figura 3): (i) Zona Especial 3 Rio Salgadinho (ZE3), onde se encontra o corpo hídrico que delimitou a área *non aedificandi* desta parcela urbana e que outrora restringiu a expansão urbana das áreas próximas a ele; (ii) Zona de Uso Misto (ZUM); (iii) Zona Residencial 3 (ZR3); e (iv) Zona Residencial 4 (ZR4).



**Figura 3. Delimitação do NS, dos bairros que interseccionam e zoneamento instituído pelo PDDU (2000), sem escala, adaptado por Lima (2020).**

O PDDU também se refere à existência de um centro histórico ou zona central, como “[...] a área onde surgiu a cidade, sítio inicial da ocupação urbana e/ou centro urbano, onde concentra-se a maior parte do comércio e serviços da cidade. [...]” (PDDU, 2000). No entanto, a zona supracitada não se encontra delimitada no mapa de zoneamento ou indicada no mapa de usos do solo, o que ressalta a inexistência: (i) de uma zona especial voltada ao patrimônio edificado; (ii) de diretrizes específicas para o centro histórico indicado no PDDU. Cumpre sublinhar que o NS, configura uma das áreas de grande valor imobiliário devido a diversidade de usos, dispostos sobre o traçado urbano predominantemente regular, voltados às habitações, às edificações de uso misto, aos estacionamentos, o apoio às atividades comerciais, a prestação de serviços (clínicas médica e consultórios, agências bancárias), e aos meios de hospedagem (hotéis, pousadas e ranchos).

Ressalta-se a inclusão neste recorte espacial de quatro equipamentos voltados ao lazer, reforçando a problemática da inatividade do centro principalmente no período noturno, em razão do mesmo ser essencialmente voltado às atividades comerciais e de serviços. Soma-se a isto, a sensação de insegurança relacionada, com raras exceções, aos espaços públicos dessa área. Sendo assim, como consequência da reconfiguração dos usos do solo, particularmente desta parcela urbana, em constante processo de especulação imobiliária, ocorreram transformações irreversíveis no cenário urbano do município e para com a identidade do mesmo, à medida que foram e continuam sendo realizadas

intervenções físicas principalmente nos espaços construídos, com o objetivo de atender às demandas da população local e pendular.

#### 4. A configuração do Núcleo Simbólico (NS) à luz da dimensão simbólica e patrimonial

É no que chamamos de NS que encontramos as primeiras edificações que conservam referências históricas de épocas precedentes e que retratavam a cultura local, manifestadas na estrutura urbana, na ocupação do solo, e nos aspectos construtivos, funcionais e estéticos das edificações (Lima, 2020). Infelizmente durante o processo de investigação histórica não foram encontrados vestígios consistentes a respeito das edificações residenciais a serem detalhadas a seguir, de modo que fosse possível realizar a contraposição das fotografias e a implantação no mapa, do lote urbano, na atualidade. Esse fato evidencia a problemática recorrente no que se refere a escassez de registros e documentos relacionados ao processo de urbanização do município de Juazeiro do Norte, que conseqüentemente interferem na recuperação do que um dia compôs o cenário urbano e o patrimônio arquitetônico da localidade.

As heranças históricas, no que tange a materialidade das edificações, identificadas como símbolos de memória nesta produção e que não resistiram às transformações urbanas na área central, foram convertidas em edificações com traços modernos e “atraentes”. Ademais, os projetos de intervenção urbana tinham como finalidade conferir uma imagem de desenvolvimento e progresso para área, visando dinamizar sobretudo a economia local. Na atualidade, em função das vantagens locacionais da área, boa parte do patrimônio edificado encontra-se em estado de descaracterização, e as que se mantiveram foram adaptadas para receber novos usos, tais como clínicas de atendimento, farmácias e lojas varejistas (Figura 4). Sob essa ótica das novas ocupações do solo urbano, prevalece inclusive a construção de estacionamentos particulares (rotativos), de modo a atender a grande demanda da área.



Legenda:

- |  |                                     |              |
|--|-------------------------------------|--------------|
| Principais vias urbanas (arteriais)                | Equipamento de lazer                | Religioso    |
| Rua Padre Cicero (Anteriormente Rua Grande)        | Hospedagem (Hotel, Pousada, Rancho) | Residencial  |
| Rua São Pedro (Anteriormente Futura Rua São Pedro) | Industrial                          | Sem uso      |
| Comercial  | Institucional                       | Serviço      |
| Equipamento cultural                               | Misto                               | Vazio Urbano |
| Estacionamento (Privado e Público)                 |                                     |              |

Figura 4. Mapa de usos do solo do NS, produzido por Lima (2020).

Uma outra questão identificada, refere-se às edificações implantadas em lotes adjacentes às primeiras vias urbanas do povoado (Figura 1) e pulverizadas em diversas quadras inseridas no NS, compreendendo os exemplares com características em Art Decó

popular, referentes ao estilo protomoderno e o precioso acervo moderno, difundido no município em meados da década de 60. Na Figura 5, podemos observar um mosaico que sistematiza alguns exemplares arquitetônicos existentes que representam diferentes fases construtivas do NS, dentre os quais somente os dois últimos, seguindo a perspectiva linear, inserem-se em normativas patrimoniais municipal.



**Figura 5. Da esquerda para direita, de cima para baixo: Agência Bancária do Bradesco, Antigo Hotel Municipal, atualmente Centro de isolamento do idoso – COVID, Edifício Arnóbio Barcelar, imóvel habitacional, Solar Bezerra de Menezes e Agência dos Correios.**

Uma análise mais atenta, permitiu-nos identificar a seguinte peculiaridade. As referências edificadas que se mantiveram ao longo do tempo na área central, compõem em sua maioria atrativos turísticos, de modo geral, diretamente vinculados à vertente cultural ou religiosa, sobressaindo os edifícios institucionais, culturais, religiosos (lugares sagrados), e os monumentos dedicados à figura do Padre Cícero, inseridos no NS (Figura 6) estendendo essa condição a algumas edificações habitacionais e voltadas a prestação de serviços, que buscaram conservar expressões estéticas da fachada (Figura 7).



**Figura 6. Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Estátua em bronze, Torre Monumental adjacente à Capela do Socorro, Túmulo do Padre Cícero, Casa dos Milagres, Casa Museu e FMPC.**

O primeiro monumento do mosaico, construído em meados de 1924 e inaugurado no ano posterior, refere-se a estátua em bronze em homenagem ao octogésimo aniversário do sacerdote (Neto, 2009), implantada no centro do equipamento urbano que teve sua denominação alterada também como forma de homenageá-lo, a praça Padre Cícero que compõe o acervo patrimonial material e cultural juazeirense de acordo com a lei nº 4364/2014. A segunda construção denominada Torre Monumental, adjacente à Capela do

Socorro (2ª edificação religiosa construída no município), simboliza o marco histórico dos 70 anos de falecimento do sacerdote.

Destacam-se nessa abordagem voltada especificamente ao ícone religioso, o túmulo no qual o mesmo foi sepultado, localizado na parte interna da capela supracitada, a Casa dos Milagres, edificação que se tornou um repositório de ex-votos, objetos apresentados em diversas formas e materiais como exemplo partes do corpo humano talhadas em madeira por artesãos, fotografias, dentre outros pertences pessoais, simbolizando uma graça alcançada com a intercessão do padre, a Casa Museu onde o sacerdote residiu e faleceu que consta na tabela de processos de instrução do IPHAN, a ser considerado um bem material nacional, embora tenha sido indeferido, e a FMPC, imóvel inaugurado em 1988 dedicado a sua memória e a história do município, ambos expostos na figura anterior.

Cumprе salientar que a relevância do patriarca transpassa os imóveis de cunho religioso, estendendo sua significância aos demais elementos de composição urbana. Esse fato pode ser exemplificado pelo mesmo nomear uma das principais vias urbanas e um relevante cartão-postal juazeirense, a praça, ambos inseridos no NS. Nesse contexto, destaca-se o monumento e atrativo turístico construído em 1969, em referência ao religioso. Implantado no geossítio colina do Horto, este monumento foi tombado municipalmente pelo decreto nº 1385/2000, como patrimônio histórico, cultural e artístico juazeirense, em conjunto com uma parcela do acervo que retrata a vida e a obra religiosa do Padre, localizados no imóvel denominado Museu Vivo. Ele também é reconhecido como destaque cultural e turístico (lei estadual nº 17.281/2020), relacionando-se diretamente à imagem do lugar, como aborda Paiva (2016) quando trata dos ícones urbanos e arquitetônicos e da imagem da localidade na atualidade, e Lynch (1960) ao referir-se aos marcos, elementos urbanos que contribuem para o reconhecimento das partes da cidade.

Ademais, uma parcela de edifícios comerciais e voltados a prestação de serviços, principalmente os que se dedicam aos meios de hospedagem (hotéis, pousadas e ranchos) e estão inseridos próximos a primeira edificação religiosa implantada no NS, também conservam denominações associativas a toponímia da localidade e o caráter religioso, enquadrando-se nos estilos arquitetônicos históricos anteriormente mencionados (Figura 7). Estes últimos são identificados em menor número devido a utilização constante de elementos de comunicação visual e demais artifícios para fins publicitários que contribuem para a desvalorização do patrimônio edificado, a descaracterização parcial da fachada da edificação, e consequentemente a poluição visual do NS como um todo.



**Figura 7. Imóveis que conservam denominações associativas e fachadas que representam a estética arquitetônica de diferentes fases construtivas do NS.**

Ao evidenciarmos as intervenções físicas faz-se necessário recordar dois casos recentes realizados pela própria gestão municipal (Figura 8). O primeiro exemplo diz respeito a intervenção urbana na Praça Padre Cícero. Os agentes promotores da imagem da cidade, principalmente o órgão municipal competente, se apropriam de discursos pautados no desenvolvimento sustentável para elaboração de intervenções deste tipo, ambos com um viés comercial e turistificado, intencionado a enaltecer os potenciais atrativos do município com base nas estratégias de *marketing urbano*. O segundo exemplo diz respeito a construção da Alameda Juazeiro - Centro de Gastronomia Rita Araújo da Silva, projetada para fomentar a economia gastronômica e proporcionar um novo local de lazer. Esta obra pode ser considerada como falso histórico por buscar propositalmente, uma releitura do cenário urbano antigo.



**Figura 8. Intervenção física da Praça Padre Cícero (iluminação, paisagismo, pavimentação, mobiliário) e construção da Alameda Juazeiro (Lima, 2020).**

Exposto este caso, podemos declarar que a questão cultural e patrimonial se destaca de modo geral associada ao descaso e a negligência principalmente por parte da gestão pública, para com a salvaguarda dos símbolos de memória da cidade, principalmente os que não possuem vínculo com o ícone religioso ou com a atividade turística, mas que conservam uma identidade arquitetônica particular. Convém salientar que as intervenções citadas não foram as primeiras a serem realizadas nesse âmbito, no município. Como pontuado por Aragão (2012), inserem-se neste cenário: (i) a instauração do Centro de Arte Popular Mestre Noza (1985), que teve o objetivo de reunir os artesãos locais em um prédio histórico localizado no NS; (ii) a construção do Memorial Padre Cícero, idealizado pela esfera institucional vigente da época (atualmente FMPC); (iii) a estátua do Padre Cícero, implantada no geossítio Colina do Horto; (iv) a estrutura em aço com 111.5 metros de altura, denominada Luzeiro do Nordeste, implantada em um amplo espaço inserido no recorte espacial do NS, um novo marco espacial.

Embora demarcados e construídos com intencionalidade definida voltada ao fomento da economia local, a apropriação pelas pessoas, a turistificação e a possível patrimonialização, divergem das primeiras edificações construídas de cunho religioso, sendo estas apropriadas de forma distinta pela população e pelos visitantes, representando o que poderíamos denominar de patrimônio popular reconhecido naturalmente pela coletividade (população local, romeiros, peregrinos e turistas). As ações executadas não desmerecem a relevância dessas intervenções no campo cultural, arquitetônico e patrimonial, mas nos faz refletir a respeito do tratamento dado acerca dos bens patrimoniais culturais existentes e das estratégias utilizando o amplo termo patrimônio, para fins não somente preservacionistas, mas sobretudo de intervenções urbanas segundo pautas políticas e econômicas.

Expostas essas observações não se pode desconsiderar que os mesmos agentes promotores da valorização e patrimonialização assumem um paradoxo, ao passo em que investem capital público em projetos recorrentes voltados especialmente a prática turística, deixando a desejar não só nas considerações do plano diretor municipal, em estado de desatualização desde 2000, ano da sua instauração, como também no tratamento dos demais bens culturais materiais e imateriais juazeirenses existentes, e em possíveis ações implementadas segundo as pastas das secretarias de cultura, turismo e romaria.

A valorização de forma diferenciada para específicas edificações, espaços livres e monumentos projetados e construídos, transformados ou em processo de intervenção urbana e arquitetônica, revela a desconsideração e a subestimação para com os demais exemplares existentes, por não apresentarem explicitamente, na atualidade, algum valor de uso, dirigido a lógica do consumo (espaço-mercadoria) por intermédio da atratividade turística.

Se tratando de bens materiais juazeirenses, dentre as 10 normativas promulgadas até o presente momento, destaca-se o decreto de nº459/2019 que compreende um pequeno mais expressivo número de imóveis “considerando o significado e o possível valor histórico, arquitetônico e cultural das edificações [...] e a importância de preservar marcos referenciais arquitetônicos que testemunharam as fases da evolução temporal desta cidade” (JUAZEIRO DO NORTE, 2019, n.p). Além dos imóveis acima identificados, foram incluídos na Figura 9, outros bens reconhecidos em distintas normativas anteriores.



## Legenda:

- Decreto nº425/2010
- Lei nº4364/2014
- Decreto nº332/2017
- Decreto nº459/2019

## Descrição:

## IDENTIFICAÇÃO DOS BENS TOMBADOS PROVISORIAMENTE – DECRETO Nº459

- |                                   |                                     |  |
|-----------------------------------|-------------------------------------|--|
| 1 Capela do Socorro               | 6 Casa Museu do Pe.Cicero           | 11 Vila Lusitana                           |
| 2 Casa dos Milagres               | 7 Abrigo Nss.Senhora das Dores      | 12 Casarão dos Viana                       |
| 3 Escola Pe.Cicero                | 8 Antiga sede do Bispado            | 13 Edificação nº 286 (Rua Pe.Cicero)       |
| 4 Capela São Vicente de Paulo     | 9 Edificação nº110 (Rua São José)   | 14 Associação Artesão Mãe das Dores        |
| 5 Edificação nº268 (Rua São José) | 10 Edificação nº592 (Rua Pe.Cicero) | 15 Cantina Zé Ferreira                     |
|                                   |                                     | 16 Edificação nº 42 (Rua Pe.Cicero)        |
|                                   |                                     | 17 Edificação nº 276 (Rua Alencar Peixoto) |
|                                   |                                     | 18 Agência dos Correios                    |
|                                   |                                     | 19 Associação comercial                    |
|                                   |                                     | 20 Casa Santinho Xavier                    |

**Figura 9. Mapa de bens reconhecidos em normativas do município, inseridos no NS e no entorno imediato, Lima (2020).**

Infelizmente a promulgação do decreto não impossibilita possíveis descaracterizações e destruições, visto que o instrumento legal instaurado consiste no tombamento provisório e não definitivo. Vale salientar que a normativa consiste em um grande passo para o reconhecimento dos bens edificados, para a proteção do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural local. No entanto duas questões permanecem a serem respondidas. A primeira delas refere-se a falta de esclarecimentos no tocante aos critérios intrínsecos para a seleção dos bens de natureza material, inseridos no repertório

patrimonial segundo a última normativa, em razão da existência de outros exemplares que não foram incluídos, que estão inseridos no NS, no seu entorno imediato, bem como nos demais espaços urbanos do município de Juazeiro do Norte. A segunda questão refere-se a falta de esclarecimento com relação ao processo de proteção patrimonial, em virtude de processos de descaracterização em curso, contrapondo as disposições da própria normativa.

Apresentam-se na Figura 10, outros exemplares arquitetônicos implantados no NS que conservam estilos arquitetônicos singulares concernentes as fases da evolução dos espaços urbanos da cidade cariense, e que foram desconsiderados nas legislações até então promulgadas. Dentre essas edificações, é possível observar alguns imóveis habitacionais em bom estado de conservação (tríduo de imagens), em contraposição ao imóvel com características do estilo modernista em estado precário exposto a venda, além da Biblioteca Pública Municipal Doutor Possidônio da Silva Bem que se encontra desativada desde o ano de 2019, em razão do projeto de reforma que deveria ter sido executado e concluído (2019-2020) mas não foi iniciado, dando margem ao abandono do imóvel e possível deterioração do mesmo.



**Figura 10. Quarteto de imóveis habitacionais e Biblioteca Pública Municipal.**

Como podemos observar no decorrer das reflexões, existe um entendimento por parte do poder público acerca da importância de se fazer reconhecer os bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e paisagístico embora as intenções se voltem comumente para a questão econômica, confrontando os meios de intervenção no patrimônio edificado. Somado a este cenário, não se pode desconsiderar que em Juazeiro do Norte a atuação sob estes bens culturais iniciou-se de forma tardia, visto que, em 1996 foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico (lei nº 2121), e em 2008, o Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio (lei nº 3259).

A ampliação dos reconhecimentos em normativas do município compreende também as documentações e os acontecimentos de relevância histórica, religiosa e correlatos, sobressaindo dentre as demais a mais recente regulamentação de nº 4866 decretada em 2018 destinada ao dia 01 de Março, considerando-o como o dia do milagre. Esta última reforça a significância do acontecimento que desencadeou as inúmeras transformações explicitadas no decorrer do texto, e as constantes romarias. Compondo um amplo repertório expressivo de manifestações culturais do megaevento, são promovidas anualmente sete casos-tipo dignos de menção, embora apenas três delas sejam reconhecidas enquanto bens do patrimônio imaterial juazeirense, pela lei nº 4268/2013.

Embora ainda não estejam incluídas no livro de registro de bens culturais imateriais nacional, há que salientar a existência de um mapeamento do acervo documental do patrimônio imaterial do estado do Ceará, ao qual o município de Juazeiro do Norte integra, e do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) da Região do Cariri, além do inventário dos lugares sagrados do município supracitado, em fase de andamento, anunciando um possível reconhecimento das romarias juazeirenses, que



considera a existência de santuários onde se reproduzem práticas culturais coletivas, como exposto no portal do IPHAN.

Sobreviventes neste mundo globalizado e sob os constantes processos transformadores e remodeladores dos tempos e das práticas modernas, as manifestações culturais, os espaços urbanos, as áreas ambientais, as edificações, os monumentos que constituem os bens de natureza material em conjunto aos ricos bens imateriais juazeirense prevalecem, nesta constante evolução temporal, e lamentavelmente não há uma resposta precisa de como e até quando serão conservados, em contraposição aos efeitos diretos da turistificação.

## 5. Considerações finais

A partir das análises percebe-se que, desde a sua gênese, o NS inserido na malha urbana central de Juazeiro do Norte, desenvolve-se a partir de dimensões relacionados ao misticismo, simbolismo, religiosidade e cultura. Isto ocorre à medida em que a própria historicidade do cenário urbano e do patrimônio edificado da área central, que apoiou e apoia a realização das manifestações culturais de destaque regional e nacional, não recebe o reconhecimento devido, com exceção dos atrativos religiosos e culturais, continuamente visitados em virtude da intensa prática turística no município.

Por um lado, fica clara a necessidade de expor uma atraente imagem do lugar e evocar o conceito de gestão envolvida nos projetos executados, voltados ao entretenimento, a atratividade turística e a patrimonialização institucional de específicos bens. Por outro lado, não se definem claramente as ações que proporcionem a proteção dos bens culturais existentes, identificados em normativas, em detrimento dos demais exemplares desconsiderados nas leis do município, expostos aqui brevemente. Soma-se a isto, a desconsideração da atuação dos próprios cidadãos durante o processo de identificação e reconhecimento. Foi possível perceber as “novas” formas de gestão urbana e de utilização de capital municipal direcionadas aos projetos de intervenção propostos, e a negligência para com os símbolos de memória, em razão dos constantes fatos que promoveram a destruição de valores culturais, estéticos e arquitetônicos de grande significância para a historicidade do NS juazeirense.

Para além da importância do reconhecimento e dos incentivos públicos e privados, são imprescindíveis: (i) a articulação para com os proprietários dos possíveis bens a serem valorados; (ii) o fomento aos bens culturais e a educação patrimonial; (iii) e principalmente o envolvimento da população e dos grupos e detentores dos bens culturais imateriais no processo de patrimonialização, articulado às secretarias diretamente envolvidas na temática cultural, patrimonial, turística e educacional.

Cumprе salientar que a referência à secretaria de educação municipal, outrora citada, viabilizaria o processo de conhecimento, difusão e valorização das referências culturais e patrimoniais de Juazeiro do Norte, mediante ações educativas comprometidas com o propósito da ação patrimonial nas instituições educacionais do município. Dessa forma, a atuação se estenderia a participação das secretarias mencionadas para os diferentes públicos (visitantes, cidadãos), fortalecendo a importância da articulação com a sociedade de modo geral.

Por intermédio de um processo democrático, a educação patrimonial fortalecerá a sensação de pertencimento e representatividade para com as referências culturais, atribuindo o seu devido valor de modo a contribuir para sua salvaguarda, ao passo que



deverão ser utilizadas, sempre que necessário, técnicas construtivas e artifícios tecnológicos para manutenção, neste caso específico, dos bens materiais.

Ademais, o processo de identificação de bens culturais (material e imaterial) a ser realizado de forma pública e acessível pressupõe, além das considerações a respeito do contexto histórico e sociocultural da localidade e das referências bibliográficas nacionais de apoio, a formação de uma estrutura metodológica multidisciplinar. Envolveria, portanto, diferentes áreas de conhecimento e seus respectivos profissionais e especialistas (arquitetura e urbanismo, sociologia, antropologia, história, turismo, direito, dentre outras), e a inclusão dos diversos públicos e das instituições patrimoniais.

A recomendação acima proposta, tornaria viável a construção sólida de reflexões, e resoluções a respeito dos bens identificados, e outrora reconhecidos em normativas vigentes, passíveis de revalidação e destituição, conforme análises a respeito da sua natureza, origem dos valores e significância cultural, considerando a legitimidade coletiva e os impactos em decorrência da patrimonialização.

O cenário dessas reflexões evidencia a importância de serem consideradas desde o início do processo de identificação dos bens e posteriores decisões e intervenções, as necessidades reais dos espaços urbanos a serem modificados e o ponto de vista da população diretamente influenciada pelas propostas a serem executadas, seja no âmbito das intervenções urbanas e arquitetônicas ou no que diz respeito a patrimonialização de bens imateriais. Neste último caso, o envolvimento da população flutuante (visitantes), incentivadores diretos da prática turística que de forma considerável mantém a significância de determinados espaços simbólicos e das manifestações culturais juazeirense, deverá ser considerado, e não somente os interesses tradicionais ou de grupos específicos, de modo articulado as ações a serem inseridas antecipadamente nas pautas de planejamento e gestão urbana.

Embora esta produção tenha se desenvolvido de forma breve, buscou-se contribuir com as reflexões a respeito do tratamento para com o patrimônio cultural juazeirense, reconhecido em normativas do município mas passível de novas atualizações, segundo a identificação das pesquisadoras no decorrer das visitas a área e dos estudos realizados e pormenorizados. Além disso, pretende-se fomentar novas interpretações e linhas de investigação neste amplo campo, ainda pouco discutido, a medida em que se estruturam questionamentos a respeito do processo de patrimonialização dos bens culturais.

## Referências

- Aragão, Raimundo Freitas. **A cidade como evento-espetáculo: reflexões sobre o turismo e patrimônio nos festejos do centenário de Juazeiro do Norte/CE**. 2012. 244f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza, 2012. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14447/1/2012\\_tese\\_rfaragao.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14447/1/2012_tese_rfaragao.pdf). Acesso em: 05 mar. 2021.
- Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. **Lei nº 13.461 de 27 de Abril de 2004**. Reconhece o município de Juazeiro do Norte como capital cearense do turismo religioso. Fortaleza, [2019]. Disponível em: <https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2004/13461.htm>. Acesso em: 17 mar. 2021.



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. **Lei nº17.281 de 11 de Setembro de 2020.**

Considera como grande destaque cultural e turístico a estátua do Padre Cícero, no município de Juazeiro do Norte. Fortaleza, [2019]. Disponível em: <https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2020/17281.htm>. Acesso em: 17 mar. 2021.

Brasil. Ministério do Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas.** Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação - Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: [http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_Cultural\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf). Acesso em: 15 mar. 2021.

Della Cava. Ralph. **Milagre em Joazeiro.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

Governo do estado do Ceará. Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte Secretaria da infraestrutura. Projeto de desenvolvimento urbano do estado do Ceará. **Relatório de questões módulo conceito: Uso do solo - Condições atuais.** Nº 05. Juazeiro do Norte, 2000. 1 Mapa. Escala 1: 25.000. Disponível em: [https://pdpjuazeiro.files.wordpress.com/2012/03/rq\\_mc\\_m05\\_usosoloca\\_jua.pdf](https://pdpjuazeiro.files.wordpress.com/2012/03/rq_mc_m05_usosoloca_jua.pdf). Acesso em: 10 mar. 2021.

Governo do Estado do Ceará. Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte Secretaria da infraestrutura. Projeto de desenvolvimento urbano do estado do Ceará. **Relatório de questões módulo conceito: Habitação e comunidade - Condições atuais.** Nº 06. Juazeiro do Norte, 2000. 1 Mapa. Escala 1: 25.000. Disponível em: [https://pdpjuazeiro.files.wordpress.com/2012/03/rq\\_mc\\_m06\\_habitacaoca\\_jua.pdf](https://pdpjuazeiro.files.wordpress.com/2012/03/rq_mc_m06_habitacaoca_jua.pdf). Acesso em: 10 mar. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico de 2010.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / IBGE,** Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2021.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Patrimônio Cultural: Patrimônio Imaterial: Bens Registrados.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>. Acesso em: 19 mar. 2021.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Iphan-Ceará: Patrimônio Imaterial: Patrimônio Imaterial – CE.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ce/pagina/detalhes/541>. Acesso em: 19 mar. 2021.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Patrimônio Cultural: Patrimônio Material: Bens tombados.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 14 abr. 2021.

**Juazeiro do Norte (CE) atrai número recorde de romeiros.** G1.globo.com, Ceará, 22 de Janeiro de 2012. Disponível em:



<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/01/juazeiro-do-norte-ce-atrai-numero-recorde-de-romeiros.html>. Acesso em: 25 mar. 2021.

Juazeiro do Norte. **Decreto nº 1.385 de 03 de Outubro de 2000.** Declara patrimônio histórico, cultural e artístico do município de Juazeiro do Norte, o acervo do Museu Vivo do Padre Cícero e o monumento do Padre Cícero, ambos na Colina do Horto, nesta cidade, adotando outras providências. Diário Oficial da União: Caderno I, Juazeiro do Norte, CE, ano II, nº 491, 2000.

Juazeiro do Norte. **Decreto-lei nº 468 de 22 de março de 2011.** Institui a planta “Juazeiro” como Árvore Símbolo do Município e adota outras providências. Juazeiro do Norte, [2012]. Disponível em: <https://www.juazeirodonorte.ce.gov.br/site/midia/9158/decreto%20n%C2%BA%20468-2011-juazeiro%20arvore%20simbolo.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Juazeiro do Norte. **Decreto nº 459 de 27 de Maio de 2019.** Institui o tombamento provisório de diversos bens localizados no município de Juazeiro do Norte/CE. Juazeiro do Norte: Prefeitura municipal de Juazeiro do Norte, [2019]. Disponível em: <https://www.juazeirodonorte.ce.gov.br/site/midia/9158/decreto%20n%20459-%20institui%20o%20tombamento%20provisorio%20de%20diversos%20bens%20localizados%20no%20municipio%20de%20juazeiro%20do%20nortece.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.

Juazeiro do Norte. **Lei nº 2121 de 23 de Agosto de 1996.** Cria o Serviço do patrimônio histórico, cultural e artístico do município de Juazeiro do Norte e adota outras providências: Prefeitura municipal de Juazeiro do Norte, [1996]. Disponível em: [https://intellgest-sigl.media.s3.amazonaws.com/media/sigg/public/normajuridica/1996/2382/\\_0000001\\_45.pdf](https://intellgest-sigl.media.s3.amazonaws.com/media/sigg/public/normajuridica/1996/2382/_0000001_45.pdf). Acesso em: 14 mar. 2021.

Juazeiro do Norte. **Lei nº 2.572 de 08 de Setembro de 2000.** Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, PDDU de Juazeiro do Norte e dá outras providências. Governo do Estado do Ceará. Secretaria da infraestrutura. Projeto de desenvolvimento urbano do estado do Ceará. Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte. Legislação básica. Lei do Plano Diretor De Desenvolvimento Urbano. Juazeiro do Norte: SEINFRA/PROURB-CE/PMJN, 2000. Disponível em: [https://pdpjuazeiro.files.wordpress.com/2012/04/lei-2-570-2000\\_lei-de-uso-do-solo.pdf](https://pdpjuazeiro.files.wordpress.com/2012/04/lei-2-570-2000_lei-de-uso-do-solo.pdf). Acesso em: 11 mar. 2021.

Juazeiro do Norte. **Lei nº 3259 de Abril de 2008.** Cria o Conselho municipal da Cultura e Patrimônio de Juazeiro do Norte e adota outras providências. Juazeiro do Norte, [2008]. Disponível em: <https://juazeirodonorte.ce.gov.br/site/midia/9158/LEI%20N%C2%B0%203259-2008-%20CRIA%20CONSELHO%20MUNICIPAL%20DA%20CULTURA%20E%20PATRIMONIO%20DE%20JUAZEIRO%20DO%20NORTE.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.

Juazeiro do Norte. **Lei nº 4268 de 05 de Dezembro de 2013.** Declara patrimônio cultural imaterial do povo juazeirense, os festejos religiosos dedicados a Nossa Senhora das Dores, das Candeias e Finados, realizados na Basílica Menor de Nossa Senhora das Dores e demais igrejas de culto católico nesta urbe e adota outras providências.



- Juazeiro do Norte, [2013]. Disponível em: [https://intellgest-sigl-media.s3.amazonaws.com/media/sigg/public/normajuridica/2013/3195/\\_0000001\\_26.pdf](https://intellgest-sigl-media.s3.amazonaws.com/media/sigg/public/normajuridica/2013/3195/_0000001_26.pdf). Acesso em: 14 mar. 2021.
- Juazeiro do Norte. **Lei nº 4364 de 12 de Agosto de 2014**. Declara patrimônio cultural e material do povo juazeirense a praça Padre Cícero Romão Batista e todo os eu complexo. Juazeiro do Norte, [2014]. Disponível em: [https://intellgest-sigl-media.s3.amazonaws.com/media/sigg/public/normajuridica/2014/2495/lei\\_4364\\_2014.pdf](https://intellgest-sigl-media.s3.amazonaws.com/media/sigg/public/normajuridica/2014/2495/lei_4364_2014.pdf). Acesso em: 14 mar. 2021.
- Juazeiro do Norte. **Lei nº 4866 de 30 de Maio de 2018**. Institui o dia 01 de Março como o dia do milagre na cidade de Juazeiro do Norte, como dia histórico que marca o dia em que ocorreu a transformação da hóstia em sangue no momento em que o Padre Cícero ofereceu a comunhão a Beata Maria de Araújo: Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, [2018]. Disponível em: [https://intellgest-sigl-media.s3.amazonaws.com/media/sigg/public/normajuridica/2018/51/leis\\_4866\\_2018\\_0000001.pdf](https://intellgest-sigl-media.s3.amazonaws.com/media/sigg/public/normajuridica/2018/51/leis_4866_2018_0000001.pdf). Acesso em: 14 mar. 2021.
- Lançamento do Mapa Turístico e Inventário Turístico de Juazeiro do Norte - CE.** [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (50m30s). Publicado pelo canal Mãe das Dores. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_aPvHIId7nGU](https://www.youtube.com/watch?v=_aPvHIId7nGU). Acesso em: 20 mar. 2021.
- Lima, Maria Luisa Nicácio. **Contornos e contextos: Um estudo sobre a apropriação dos espaços urbanos de Juazeiro do Norte/ CE em face do megaevento**. 2020. 271 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Campina Grande. Unidade Acadêmica de Engenharia Civil. Centro de Tecnologia e Recursos Naturais. Campina Grande, 2020.
- Lourenço Filho, Manoel Bergström. **Juazeiro do Padre Cícero** (obra premiada pela Academia Brasileira de Letras em 1927) / Manoel Bergström Lourenço Filho – 4. ed. aum. – Brasília: MEC/Inep, 2002. 178 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me0000322.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.
- Lynch, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução: Maria Cristina Tavares Afonso. Título original: The image of the city. Lisboa. Edições 70, 1960.
- Mapeamento registra bens culturais de natureza imaterial em Juazeiro do Norte**. Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, Ceará, 12 de Março de 2020. Disponível em: <https://www.juazeirodonorte.ce.gov.br/noticia/8075-mapeamento-registra-bens-culturais-de-natureza-imateria/>. Acesso em: 25 mar. 2021.
- Lira Neto, João de. **Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- Oliveira, Amália Xavier. **O Padre Cícero que eu conheci**. Fortaleza – Ceará: Premium, 2001.
- Paiva, Ricardo Alexandre. **Os ícones urbanos e arquitetônicos**. In: Vargas, Heliana Comin & Paiva, Ricardo Alexandre (org.). Turismo, arquitetura e cidade. São Paulo: Manole, 2016. (Série Intervenções Urbanas/ coordenação Heliana Comin Vargas). cap. 13, p. 289-314.



Paiva, Ricardo Alexandre. **Megaeventos: dimensões socioespaciais**. Paiva, Ricardo Alexandre (org.). Megaeventos e intervenções urbanas. São Paulo: Manole, 2017. (Série Intervenções Urbanas/ coordenação Heliana Comin Vargas). cap. 2, p. 27-60.

**Secult cria projeto para registro do patrimônio imaterial de Juazeiro do Norte**. Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, Ceará, 11 de Novembro de 2018. Disponível em: <https://www.juazeirodonorte.ce.gov.br/noticia/5578-secult-cria-projeto-para-registro-do-patrimonio-imateri/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

Souza, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano** - 5ªed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 32.